



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

LORENA RODRIGUES DE SOUSA

**PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL  
UTILIZANDO O SOFTWARE LIVRE TAINACAN: APLICAÇÃO NA BIBLIOTECA  
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Brasília

2020

LORENA RODRIGUES DE SOUSA

**PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL  
UTILIZANDO O SOFTWARE LIVRE TAINACAN: APLICAÇÃO NA BIBLIOTECA  
DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado à Faculdade de Ciência da Informação, da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do certificado de Bacharel em Biblioteconomia.

**Orientador:** Prof. Dr. Dalton Lopes Martins

Brasília

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo autor

---

S725p

Sousa, Lorena Rodrigues de.

Processo de implantação de repositório institucional utilizando o software livre Tainacan: aplicação na biblioteca do Tribunal de Contas do Distrito Federal / Lorena Rodrigues de Sousa. -- Brasília, 2020.

47 f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Biblioteconomia) - Faculdade de Ciência da Informação - FCI; Universidade de Brasília - UnB, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Dalton Lopes Martins.

1. Repositório Digital. 2. Repositório Institucional. 3. Acesso Aberto. 4. Software livre. 5. Tainacan. I. Martins, Dalton Lopes, orient. II. Título.
-

**Título: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DE REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UTILIZANDO O SOFTWARE LIVRE TAINACAN: APLICAÇÃO NA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

**Aluna:** Lorena Rodrigues de Sousa

Monografia apresentada remotamente em **13 de Agosto de 2020** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Dalton Lopes Martins – Orientador  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UNB)  
Doutor em Ciência da Informação

Simone Bastos Vieira - Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UNB)  
Doutora em Ciência da Informação

Elton Mártires Pinto - Membro  
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (FCI/UNB)  
Mestre em Ciência da Informação

Em 19/08/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Dalton Lopes Martins, Coordenador(a) da Coordenação do Curso de Biblioteconomia da Faculdade Ciência da Informação**, em 28/08/2020, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Elton Mártires Pinto, Usuário Externo**, em 29/08/2020, às 08:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Rodrigues de Sousa, Usuário Externo**, em 29/08/2020, às 12:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Bastos Vieira, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 08/09/2020, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site





[http://sei.unb.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?)

[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5606156** e o código CRC **85E2D8BA**.

---

Referência: Processo nº 23106.077035/2020-14

SEI nº 5606156

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família (mãe, pai, irmã). Nós sabemos o que passamos para que eu chegasse até aqui.

Eu amo a garra de vocês, eu amo ter um pouco de vocês em mim e eu amo amar vocês.

Vocês me inspiram!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à vida, eu amo viver e amo ter a oportunidade de evoluir a cada dia.

Agradeço à minha mãe, Edna. Obrigada por tanta dedicação e amor, obrigada por ser um exemplo de mãe e mulher.

Agradeço ao meu pai, Tairone. Obrigada por todo o incentivo, por ter feito o possível e o impossível para eu iniciar essa caminhada.

Agradeço à minha irmã, Laura. Obrigada por sempre acreditar em mim, por tantos ensinamentos, por me mostrar o que realmente importa nesse mundo.

Agradeço aos familiares que sempre torceram por mim verdadeiramente.

Agradeço às minhas Anas. Ana Cláudia, Ana Rita e Ana Luísa. A amizade de vocês sempre foi essencial na minha vida. Um agradecimento especial à Ana Luísa, por toda a ajuda, pela parceria, pelas crises de riso e pelos pagodes muito bem aproveitados.

Agradeço ao Cássio, Débora e João Victor. Minhas amizades dos tempos de escola. Obrigada por permanecerem na minha vida.

Agradeço à Universidade Federal de Goiás e todas as pessoas que eu conheci por lá. Além de ter sido meu primeiro contato com a biblioteconomia, foi o início de uma nova vida, tive que aprender a me virar, a confiar na minha intuição e a descobrir uma nova Lorena dentro de mim. Agradeço também às meninas do Esquadrão, que tornaram essa experiência muito melhor do que eu esperava.

Agradeço à Universidade de Brasília por ter me transformado em uma mulher mais corajosa e por todo o aprendizado adquirido graças à possibilidade de transitar por várias outras áreas durante a minha graduação. De longe, foi a melhor e mais transformadora experiência da minha vida.

Agradeço à Faculdade de Ciência da Informação, pela oportunidade de ter contato com profissionais que foram um exemplo pra mim e agradeço à Biblioteconomia por me ensinar que informação e conhecimento são essenciais na vida das pessoas. Em especial, agradeço ao professor Dalton Lopes Martins por ter aceitado ser meu orientador, foi motivador produzir este trabalho tendo um profissional tão competente ao meu lado e agradeço à banca composta pela professora Simone Bastos Vieira e professor Elton Mártires Pinto, excelentes pessoas e profissionais.

Agradeço aos meus amigos de curso por terem me inspirado com suas histórias de vida. Obrigada bonde do ENEBD 2018, essa viagem marcou minha graduação. Obrigada Dani por essa amizade repentina e maravilhosa, que possamos comemorar nossas conquistas com muitas festinhas. Obrigada Math por segurar minha mão e enfrentar comigo essa fase final. Só quem viveu sabe!

Em especial, agradeço à minha panelinha favorita, Hanninha, Nay, Ô Milla, Bru, Lets que Lets. Vocês fizeram a diferença na minha vida, são mulheres incríveis e as melhores parceiras de curso que eu poderia ter.

Agradeço aos estágios que realizei, em especial, à toda a equipe da Biblioteca Cyro dos Anjos do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Obrigada por terem aberto as portas para mim, pela paciência, por terem acreditado no meu potencial, por todo o ensinamento e pela a oportunidade de viver um pouco da nossa profissão.

*“Não era uma biblioteca extensa. Na verdade, era formada por oito livros, e alguns deles em mau estado. Mas eram livros. Naquele lugar tão escuro em que a humanidade chegou a alcançar a própria sombra, a presença dos livros era um vestígio de tempos menos lúgubres, mais benignos, quando as palavras ressoavam mais do que as metralhadoras.”*

*A bibliotecária de Auschwitz – Antônio G. Iturbe.*

## RESUMO

O presente trabalho trata do aparecimento de novas Tecnologias de Informação e Comunicação na sociedade, que permitiram mudanças em diversas áreas e influenciaram diretamente no cenário científico a partir do acesso aberto e a criação das vias dourada e verde ocasionando no aparecimento das revistas científicas de acesso aberto e os repositórios digitais. Através dos repositórios instituições encontraram uma maneira de abrigar seus próprios trabalhos, utilizando softwares apropriados, de modo a preservar sua memória e garantir a livre disseminação de informação. **Objetivo:** Iniciar o processo de implantação de repositório institucional no Tribunal de Contas do Distrito Federal, utilizando o software livre Tainacan. **Metodologia:** Esta pesquisa se configura como um estudo de caso, de abordagem qualitativa e natureza aplicada. **Resultados:** Foi feita a instalação e configuração do repositório, aplicando layout, criando metadados, filtros e coleções. Adicionou-se alguns itens nas coleções, a fim de testar o funcionamento da base e todas as alterações feitas. **Considerações finais:** este estudo de caso mostra que o processo de implantação de um repositório demanda organização e planejamento por parte da instituição e da equipe responsável por gerir a base, além de ser, também, uma iniciativa moderna capaz de auxiliar na visibilidade de uma instituição, democratizando a informação através do acesso livre às suas publicações.

**Palavras-chave:** Repositório Digital. Repositório Institucional. Acesso aberto. Software livre. Tainacan.

## ABSTRACT

The present work deals with the emergence of new Information and Communication Technologies in society, which allowed changes in several areas and directly influenced the scientific scenario from open access and the creation of the golden and green ways leading to the appearance of open access scientific journals. and digital repositories. Through the repositories institutions found a way to house their own work, using appropriate software, in order to preserve their memory and ensure the free dissemination of information. **Objective:** To start the process of implementing an institutional repository at the Federal District Court of Accounts, using the free Tainacan software. **Methodology:** This research is configured as a case study, with a qualitative approach and applied nature. **Results:** The repository was installed and configured, applying layout, creating metadata, filters and collections. Some items were added to the collections in order to test the functioning of the database and all the changes made. **Final considerations:** this case study shows that the process of implementing a repository requires organization and planning on the part of the institution and the team responsible for managing the base, in addition to being also a modern initiative capable of helping in the visibility of an institution, democratizing information through free access to its publications.

**Keywords:** Digital Repository. Institutional Repository. Open access. Free software. Tainacan.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página principal do repositório	35
Figura 2 - Barra de opções	35
Figura 3 - Página “Fale Conosco”	36
Figura 4 - Coleções Criadas	36
Figura 5 - Metadados escolhidos	37
Figura 6 - Filtros selecionados	37
Figura 7 - Itens dentro da coleção “Manuais e Cartilhas”	38
Figura 8 - Página do item selecionado	38
Figura 9 - Descrição do item	39



## **LISTA DE SIGLAS**

BOAI - Budapest Open Access Initiative

ENAP - Escola Nacional de Administração Pública

ESMAM - Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

LAI - Lei de Acesso à Informação

OAI - Open Archives Initiative

OAI-PMH - Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting

RI - Repositório Institucional

TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal

TICs - Tecnologias de informação e comunicação

TRAC - Trustworthy Repository Audit & Certification: Criteria and Checklist

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2. PROBLEMA</b> .....	14
<b>2.1 Objetivos</b> .....	14
2.1.1 <i>Objetivo geral</i> .....	14
2.1.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	14
<b>2.2 JUSTIFICATIVA</b> .....	15
<b>3. REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	15
<b>3.1 Acesso Aberto</b> .....	15
<b>3.2 Repositórios Digitais</b> .....	18
3.2.1 <i>Repositórios Institucionais</i> .....	22
<b>3.3 Políticas de Acesso à Informação</b> .....	24
<b>3.4 Análise de estudos de caso</b> .....	27
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	31
<b>4.1 Delineamento da pesquisa</b> .....	31
<b>4.2 Procedimento de implantação do repositório</b> .....	32
<b>5. ANÁLISE DE RESULTADOS</b> .....	34
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	39
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	41
<b>APÊNDICE A</b> .....	45

## 1. INTRODUÇÃO

A quantidade de conteúdo produzido na internet hoje exige uma melhor organização dos materiais para uma recuperação efetiva da informação. A gestão da informação se torna mais eficaz quando utiliza das tecnologias de informação e comunicação existentes. Nas bibliotecas é possível ver isso sendo aplicado através da implantação de repositórios digitais, plataforma utilizada para armazenar, preservar e disseminar materiais digitais de diferentes formatos.

Os repositórios digitais se encontram cada vez mais presentes devido aos benefícios que eles proporcionam à uma instituição ou comunidade. Para a sua implantação, é necessário utilizar um software que consiga atender a demanda exigida além de ter, também, uma equipe preparada para estruturar a base de forma que o usuário consiga navegar, buscar e encontrar o que deseja. Há diversos softwares em formato livre, ou seja, sua instalação e modificação são gratuitas, que são adequados para repositórios digitais, seja ele de qual tipo for. O Tainacan é um exemplo deles e surge como uma extensão do site Wordpress e visa facilitar desde a instalação até a administração e o uso do repositório. Ele se torna uma opção mais prática e acessível para quem não possui muitos recursos ou profissionais especializados.

A primeira parte deste trabalho consiste na definição de problema, justificativa e objetivos. O capítulo 2, de revisão de literatura, abordará a questão do acesso aberto, criação de repositórios digitais, um pouco mais sobre repositório institucional, políticas de acesso à informação e análise de estudos de caso realizados em instituições que implantaram repositórios a fim de compreender os processos necessários para implantar esse sistema.

No capítulo 3, de metodologia, encontra-se o motivo pelo qual iniciou essa ideia dentro da Biblioteca Cyro dos Anjos e a explicação das decisões tomadas para a implantação do repositório institucional do Tribunal de Contas do Distrito Federal, como escolha do software, quais coleções seriam criadas e quais os metadados inseridos para a descrição dos itens.

Ao final, no capítulo 4, de análise de resultados, será mostrado o passo a passo de criação do repositório, acrescido de imagens do próprio repositório a fim de se ter melhor percepção sobre como ficou o resultado final de todo o processo estabelecido.

## 2. PROBLEMA

As novas tecnologias da informação e comunicação - TICs, segundo Roza (2018), “modificam radicalmente a forma como o indivíduo e a sociedade como um todo lidam com a informação, abrindo novos horizontes no que se refere ao acesso e à aquisição de conhecimento”.

Com isso, o bibliotecário encara um desafio com o novo cenário tecnológico que tem feito com que as bibliotecas atualizem seus serviços a fim de atenderem às novas necessidades dos usuários.

Para Bueno e Messias (2013), as TICs fizeram com que o profissional bibliotecário processasse “com agilidade e precisão uma grande massa informacional, substituindo processos manuais e morosos por sistemas mecanizados muito mais rápidos e precisos”.

Diante das novas práticas que surgiram, como sistematização de serviços de empréstimo e devolução, catálogos online, encontra-se também a criação dos repositórios digitais, permitindo que os materiais produzidos por uma determinada instituição ou área sejam organizados por coleções em uma base de dados, trazendo uma série de benefícios tanto para a instituição e autores que depositam seus trabalhos, quanto para os usuários.

Para tanto, implantar um repositório requer um planejamento e a partir disso surge o problema do respectivo trabalho: como são realizadas as etapas de planejamento e execução para a implantação de um repositório institucional utilizando um software livre, garantindo o armazenamento, preservação e disseminação das obras depositadas?

### 2.1 Objetivos

Com base no tema proposto, este trabalho visa atender os objetivos gerais e específicos a seguir.

#### 2.1.1 *Objetivo geral*

- Implantar um repositório do tipo institucional na Biblioteca do Tribunal de Contas do Distrito Federal utilizando o software livre Tainacan.

#### 2.1.2 *Objetivos específicos*

- Analisar os recursos que o TCDF possui para a utilização do software Tainacan.
- Estabelecer uma política de gerenciamento, acesso e uso do Repositório.

- Definir a estrutura do repositório
- Definir os materiais que farão parte do repositório

## **2.2 JUSTIFICATIVA**

A implantação de um repositório institucional em uma determinada instituição garante benefícios que vão além da inovação e adequação da biblioteca às novas tecnologias.

Conforme Costa e Leite (2017), os RIs são capazes de:

Aumentar a visibilidade e o impacto das publicações dos pesquisadores de uma instituição; promover o acesso à produção científica e intelectual de uma instituição; preservar a produção científica e intelectual de uma instituição; ser um instrumento de coleta e organização da produção científica e intelectual de uma instituição; melhorar os processos de comunicação científica; oferecer insumo para monitoramento da produção científica de uma instituição (COSTA; LEITE, 2017, p. 87).

Apesar da Biblioteca Cyro dos Anjos contar com um site próprio e nele estar armazenado alguns documentos produzidos pelo Tribunal, surge a necessidade de se criar um repositório institucional utilizando o software livre Tainacan para que essas e outras informações sejam localizadas pelos usuários com maior facilidade, além de se ter uma plataforma que reunirá a produção da instituição e preservará sua memória.

## **3. REVISÃO DE LITERATURA**

A revisão de literatura visa “expor resumidamente as principais ideias já discutidas por outros autores que trataram do problema, levantando críticas e dúvidas, quando for o caso” (GERHARDT, 2009, p. 66).

Segundo Creswell (2007, p. 45) a revisão de literatura “compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão aproximadamente relacionados ao estudo que está sendo relatado”.

### **3.1 Acesso Aberto**

O processo de comunicação científica dentro da comunidade científica funciona, desde o seu início, de forma hierárquica e criteriosa. Há os pesquisadores que almejam um lugar de reconhecimento, os que já conseguiram e os que avaliam quem pode ou não fazer parte da comunidade.

Essa autoridade e hierarquia funciona também, conforme Mueller (2006, p.30), para a escolha dos tipos de veículos usados para propagar o conhecimento científico, como periódicos, livros, trabalhos de congresso, sendo os periódicos, os que recebem mais prestígio e que conseguem levar para os pesquisadores aquilo que mais prezam dentro da comunidade, que é a qualidade e reconhecimento de seus trabalhos.

É importante dizer que a comunidade científica enfrenta seus problemas por envolver uma grande quantidade de pessoas e instituições interessadas em se destacarem, como, por exemplo:

Há interesses financeiros das editoras que dominam o mercado de periódicos, há os interesses das instituições de pesquisa e universidades que lutam por prestígio e financiamento, há interesses nacionais, políticos e econômicos que buscam o desenvolvimento e prestígio nacional e há o interesse pessoal dos pesquisadores [...] (MUELLER, 2006, p. 31).

Mas este cenário foi se modificando através de mudanças tecnológicas, como o surgimento da internet e o aparecimento de arquivos em formatos eletrônicos que, ainda de acordo com Mueller (2006, p. 27), “as publicações científicas eletrônicas despertaram esperanças, em muitos pesquisadores, de uma mudança radical no sistema tradicional de comunicação científica”.

Um dos graves problemas enfrentados pela comunidade científica, foi a chamada crise dos periódicos científicos que caracterizou-se pelo alto preço que editoras estavam cobrando em cima das assinaturas de revistas de produção científica a ponto de fazer com que as instituições parassem de realizar a assinatura desses materiais. Foi quando ideias alternativas para os periódicos científicos começaram a aparecer e junto, a ideia do acesso aberto começava a tomar forma e ganhar vários adeptos, se expandindo por entre as bibliotecas e a comunidade científica.

Surge então o movimento do acesso aberto que uniu aliados de diversas partes do mundo e foi ganhando forças também a partir de reuniões realizadas em diversas conferências. Algumas ações se destacaram pois muito se falava da necessidade de mudar e expandir o cenário da comunicação científica.

Costa e Leite (2017) citam algumas das declarações e reuniões essenciais que deram o suporte que o movimento do acesso aberto precisava para se consolidar, como a Declaração de Santo Domingo em que foi discutida a ciência disponível para todos a partir da atualização das TIC's a fim de torná-las mais acessíveis e a Convenção de Santa Fé, ocorrida em 1999 no México e que discutiu o uso da web por sistemas de informação científica para aperfeiçoar o processo de comunicação e que resultou também na formação da Open Access Initiative -

OAI que está ligada ao protocolo Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH).

Esse protocolo de comunicação permite aos sistemas compartilhar metadados (dados que descrevem os recursos de informação) sem processos intermediários. Para tanto os sistemas são caracterizados como provedores de dados (sistemas que dispõem os metadados) e provedores de serviços (sistemas que coletam os metadados) (COSTA E LEITE, 2017, p. 48).

Ainda de acordo com os autores, tal iniciativa “foi essencial para o desenvolvimento de sistemas de acesso aberto porque definiu os padrões e o protocolo que garantem a interoperabilidade entre sistemas” (COSTA; LEITE, 2017, p. 48).

Além disso, no Brasil ganha-se destaque o manifesto brasileiro de apoio ao movimento de acesso livre à informação produzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que é uma instituição que possui como missão “promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura de informação em ciência e tecnologia para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico”.

Apesar de todas essas declarações, houve uma reunião em Budapeste onde se publicou o documento denominado de Budapest Open Access Initiative (BOAI) em que se discute “a problemática da comunicação científica no contexto contemporâneo, no qual a tradição da comunicação por meio de periódicos deve ter seus processos influenciados pelas novas tecnologias e pela Internet” (COSTA; LEITE, 2017, p. 52).

É pontuado também os benefícios da sociedade adotar o acesso aberto e claro, a definição de acesso aberto que, segundo a BOAI:

“Acesso aberto” à literatura científica revisada por pares significa a disponibilidade livre na Internet, permitindo a qualquer usuário ler, fazer download, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar o texto integral desses artigos, recolhê-los para indexação, introduzi-los como dados em software, ou usá-los para outro qualquer fim legal, sem barreiras financeiras, legais ou técnicas que não sejam inseparáveis ao próprio acesso a uma conexão à Internet. As únicas restrições de reprodução ou distribuição e o único papel para o direito autoral neste domínio é dar aos autores o controle sobre a integridade do seu trabalho e o direito de ser devidamente reconhecido e citado (BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE, 2012).

A iniciativa acredita que promover o acesso à literatura científica “acelerará a pesquisa, enriquecerá a educação, compartilhará o aprendizado dos ricos com os pobres e dos pobres com os ricos, tornará essa literatura o mais útil possível”.

Fala-se também das estratégias adotadas para que o acesso aberto ocorra com maior facilidade. Tais estratégias se dividem em vias verde e dourada, sendo a via verde a que traz a ideia de autoarquivamento, ou seja, os próprios autores possuem a opção de incluir sua obra em repositórios digitais de acesso aberto e a via dourada que propõe o uso e acesso de artigos de periódicos de acesso aberto sem restrições.

Portanto, o acesso aberto à produção científica pode ajudar a “acelerar a pesquisa e evolução da ciência, enriquecer a educação e subsidiar a tomada de decisões de políticas públicas” (FURNIVAL; SILVA-JEREZ, p. 154).

Autores devem estar dispostos a publicarem seus trabalhos, seja pela via verde ou dourada, e também para que a eficácia do acesso aberto seja mantida. É importante que também tomem conhecimento sobre como funciona o processo e quais os benefícios isso pode gerar para si próprio.

Kuramoto (2006, p. 92) traz uma reflexão em relação ao direito de se ter acesso livre ao dizer que “as pesquisas científicas, em sua maioria, são financiadas pelo Estado, portanto, com recursos públicos. Do ponto de vista ético, os resultados dessas pesquisas deveriam ser de livre acesso”. Ter acesso livre à pesquisas realizadas em todas as áreas do conhecimento abre espaço para que novos trabalhos sejam feitos e novas ideias sejam colocadas em prática.

### **3.2 Repositórios Digitais**

Para Torino (2017, p. 93) após a explosão informacional ocasionada pelo avanço das TIC's, o ciclo da informação precisa ser melhor planejado “de forma a auxiliar o autor de um documento, no que tange às maneiras de tornar o conteúdo visível, acessível e preservado, além de permitir que autor e leitor tenham assegurado o acesso e o uso do material”.

A fim de evitar novas crises dentro da comunidade científica que pudessem afetar a produção e compartilhamento das pesquisas produzidas, surge a ideia do acesso aberto, da estratégia da via verde e com isso, a construção de repositórios que são compreendidos como:

Sistemas de informação abertos e interoperáveis destinados à gestão da informação científica e acadêmica, capazes de armazenar arquivos de diversos formatos, constituindo-se em vias alternativas de comunicação científica e ampliação de visibilidade da produção (TORINO, 2017, p. 94).

Em um conceito mais técnico, conforme o dicionário brasileiro da língua portuguesa, a palavra repositório é definida como:

1. Lugar onde se guardam coisas; depósito.
2. Coleção de peças, informações etc.; inventário, repertório.



### 3. Pessoa a quem se toma como referência pela soma de seus conhecimentos.

Para tanto, os repositórios visam bem mais do que o depósito de objetos digitais, eles também preservam o conhecimento, tornam acessíveis para os usuários as informações de qualquer área e em qualquer formato, promovem o crescimento da comunidade científica de modo a acompanhar o crescimento de trabalhos produzidos e sempre dando espaço para novos projetos.

É notório que a sociedade confia nas novas tecnologias que surgem pois a praticidade de armazenar e compartilhar informações em formato digital se destaca de forma a parecer que esses materiais estão 100% seguros. Entretanto, Sayão (2010) destaca os problemas dessa nova sociedade informacional, em que, para o armazenamento de informação na rede, é necessário utilizar aparatos tecnológicos de intermediação que se inovam a cada dia por conta da competição existente no mercado, contribuindo para a fragilidade dos meios de armazenamento e os colocando em risco de degradação física.

Os pesquisadores, professores, estudantes e outros leitores demandam formatos eletrônicos porque eles oferecem um mundo de vantagens em relação às formas impressas, especialmente no que diz respeito à busca, à recuperação, à navegação, à apresentação das informações e à capacidade de interoperarem com outras publicações eletrônicas que estão em rede (SAYÃO, 2010, p. 70).

Para que a ideia de armazenar informação científica a longo prazo, em uma plataforma própria de uma instituição (acadêmica ou não) ocorra sem maiores problemas com permissão de terceiros e assegurando o armazenamento do arquivo e o devido reconhecimento do autor, é esperado que os repositórios passem confiança para o pesquisador e usuários cumprindo suas responsabilidades e objetivos.

É importante que a instituição que implantar um repositório tenha conhecimento de documentos como o Trustworthy Repository Audit & Certification: Criteria and Checklist (TRAC) que cita critérios e graus de confiabilidade de repositórios e também faça o uso de padrões internacionais de arquivamento e metadados “para proporcionar uma gestão mais efetiva de estratégias de preservação de documentos eletrônicos” (MASSON, 2008, p. 119).

O TRAC surge de uma colaboração entre o Digital Curation Centre (DCC), The Research Libraries Group (RLG) (agora OCLC-RLG), National Archives and Records Administration (NARA), Rede de Competência para Preservação Digital (Nestor) e o Center for Research Libraries em que se criou:

Um conjunto de critérios aplicáveis a uma variedade de repositórios e arquivos digitais, de repositórios acadêmicos de preservação institucional a grandes arquivos

de dados e de bibliotecas nacionais a serviços de arquivamento digital de terceiros (DIGITAL CURATION CENTRE, [s.d.]).

Os critérios publicados pelo TRAC (2007, p. 6) podem ser aplicados a qualquer tipo de repositório ou arquivo digital. Os princípios utilizados para a aplicação dos critérios, foram adaptados do grupo de trabalho nestor e do Centro de Curadoria Digital e são:

- Documentação (evidência)
- Transparência
- Adequação
- Mensurabilidade

Sendo a documentação, a parte em que tudo sobre o repositório deve ser devidamente documentada e sempre revisada e atualizada. Podendo contribuir também, segundo o TRAC (2017), para que os auditores avaliem melhor o repositório como um todo. A transparência defende que um repositório é confiável quando expõe seu design, especificações, práticas, políticas e procedimentos para análise de risco.

Já a adequação diz respeito à não existência de padrões para todos os aspectos dos critérios de confiabilidade aplicados em um repositório e que, mesmo se houvesse, não teria como aplicá-los em todos os tipos de repositórios e arquivos existentes. A auditoria deve avaliar então se o repositório está realmente fazendo o que diz que faz. A mensurabilidade trata da própria criação de critérios para que seja possível a avaliação de repositórios.

Para a aplicação dos critérios é necessário levar em consideração o funcionamento da instituição, mas a lista de verificação do TRAC é dividida em três seções, sendo elas:

- Infraestrutura organizacional
  - Governança e viabilidade organizacional
  - Estrutura organizacional e pessoal
  - Responsabilidade processual e estrutura de políticas
  - Sustentabilidade financeira
  - Contratos, licenças e responsabilidades
- Gerenciamento de objetos digitais
  - Ingestão: aquisição de conteúdo
  - Ingest: criação do pacote arquivável

- Planejamento de preservação
  - Armazenamento e preservação/manutenção de arquivos de PAI
  - Gerenciamento de informações
  - Gerenciamento de acesso
- 
- Tecnologias, infraestrutura técnica e segurança
    - Infraestrutura do sistema
    - Tecnologias apropriadas
    - Segurança

Quanto aos padrões internacionais de arquivamento e metadados também importantes para a criação de um RI, cabe apontar um bastante conhecido, o Open Archives Initiative, já citado na página 18 deste trabalho e que surge a partir da Convenção de Santa Fé com a meta de, conforme Baptista (2007), “contribuir para a transformação da comunicação científica”, proporcionando interoperabilidade entre repositórios para a coleta de metadados “por meio de dois grandes pilares: 1) padrão de metadados Dublin Core; 2) protocolo de coleta de metadados, denominado OAI-PMH”.

Para a implementação do OAI-PMH são necessárias ferramentas que deem suporte ao protocolo, muitas delas são gratuitas e livres para serem alteradas. Quando se fala de acesso aberto, algumas das ferramentas mais conhecidas e utilizadas é o Open Journal Systems (OJS) na via dourada (voltada para o acesso à artigos de periódicos de acesso aberto) e o Eprints, Dspace e Fedora na via verde (trata da questão do autoarquivamento em repositórios digitais de acesso aberto).

Como já foi visto, os repositórios surgiram, primeiramente, a fim de ampliar o acesso à informação científica dentro das universidades, mas seu uso pode ser aplicado em vários outros lugares, podendo armazenar materiais de diversas áreas. Por isso os repositórios podem ser do tipo temático, que reúne materiais de uma área específica do conhecimento, institucional, que reúne materiais produzidos por uma determinada instituição, de teses e dissertações ou até mesmo de dados de pesquisa.

Portanto, os repositórios digitais, apesar de também serem considerados bibliotecas digitais, possuem características específicas que, conforme Martins (2017, p. 5), além de se diferenciarem em relação ao material armazenado, os repositórios digitais possuem também a função de “[...] garantir a preservação de longo prazo e também a possibilidade de compartilhamento de metadados através de protocolos”.

### 3.2.1 *Repositórios Institucionais*

Ter documentos de uma instituição, armazenados em um só lugar, permitindo o acesso e compartilhamento livre é de grande importância e o que se tem de mais atual quando o assunto é preservação da informação. Os repositórios institucionais de acesso aberto são um dos responsáveis por fazer isso acontecer em instituições que buscam atualizar seus serviços para oferecerem o melhor para seus usuários.

Repositórios institucionais são entendidos hoje como elementos de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição (MARCONDES; SAYÃO, 2009, p. 10).

Para Santos (2017, p. 2944) os repositórios institucionais surgem devido ao grande volume e fluxo de informações, uma vez que “houve a necessidade de se pensar vias de acesso rápido, eficaz e confiável entre as instituições produtoras, bem como a comunidade em geral, no intuito de garantir a democratização de conhecimento”.

Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica lidam exclusivamente com a produção intelectual de uma instituição. Portanto, não se prestam à aquisição e ao armazenamento de conteúdos externos à instituição ou conteúdos de outra natureza (por exemplo: documentos administrativos), como pode ser o caso de bibliotecas digitais (LEITE, 2009, p. 21).

Leite (2009, p. 20) afirma também que a contribuição dos repositórios institucionais se encontra na melhoria da comunicação científica em que os processos de gestão da informação tem promovido “o aumento da visibilidade dos resultados de pesquisa, do pesquisador e da instituição.”

Para Dodebei (2009, p. 94) os RIs “deslocam das editoras de periódicos para a instituição o poder da guarda e do acesso à informação”. Portanto, dentro das instituições acadêmicas ou outras, os bibliotecários são um dos profissionais capazes de planejar e colocar em atividade os RIs, mantendo seu funcionamento da maneira correta e divulgando para que usuários conheçam e utilizem essa ferramenta para adquirirem mais conhecimento. É importante que os bibliotecários façam essa atualização quanto às novas e tecnológicas formas de armazenamento e compartilhamento de informação, visto que é o cenário atual vivido na sociedade.

O processo de construção de repositório é extenso e demanda extrema organização de quem estiver a frente desse projeto. Antes de tudo é importante definir as etapas do processo e Leite (2009) traz três etapas para que a implantação do RI ocorra com sucesso, são elas: planejamento, implementação e assegurando participação da comunidade.

Na parte de planejamento será definida a equipe responsável pelo projeto, o tipo de material que será depositado, o perfil dos usuários que irão utilizar os serviços, os possíveis custos iniciais e futuros de implementação, estudo do software mais adequado para a instituição, os objetivos do repositório, as necessidades a serem atendidas, dentre outras funções.

Na implementação é a hora em que se escolhe a estrutura do repositório, a criação de comunidades e coleções, a organização de conteúdo, elaboração de políticas que tratarão do funcionamento do repositório, a escolha e instalação de um software e análise de hardware e outros requisitos técnicos para a instalação da base, os metadados, enfim, será a parte prática e de testes até que o repositório fique do jeito esperado para poder colocá-lo em funcionamento.

Apenas o software não garante o sucesso de um RI, porém a sua escolha deve ser feita analisando os recursos que a instituição/ biblioteca tem, além de possuir também outras características como: ser um software livre, conseguir abrigar os formatos de materiais que entrarão para a base, configurar sua interface para uma maior facilidade de acesso, gerenciamento, busca e recuperação da informação tanto para administradores e quem depositar seus trabalhos, quanto para os usuários, ser capaz de abrigar o protocolo que permite a interoperabilidade entre sistemas, etc.

Já na parte de participação da comunidade, é quando tudo já está configurado, o repositório está pronto para abrigar os documentos depositados e a divulgação de seus serviços e obrigatoriedade de depósito de trabalhos estabelecida por políticas se torna essencial para que os usuários e autores possam tomar conhecimento da plataforma e fazer seu devido uso.

Nos repositórios, os metadados possuem grande influência na busca que o usuário irá fazer para recuperar uma informação. Como já visto, definir os metadados que irão descrever os materiais é um dos passos a serem dados para a construção de uma coleção dentro do repositório.

Antigamente, a catalogação organizava os dados de um material em uma ficha física e seu armazenamento se dava em grandes estantes repletas de gavetas que organizavam essas fichas. Hoje, com a tecnologia, utiliza-se os esquemas de metadados que, segundo Pavão. et al

(2015, p. 104), “garantem a efetiva busca, acesso e recuperação de recursos de informação no ambiente digital”.

Há vários conjuntos de metadados, como o Visual Resources Association (VRA) que é um esquema codificado em XML e permite a descrição de imagens, o Machine-Readable Cataloging (MARC) que é muito conhecido e utilizado, permite a descrição de itens de informação, é flexível e extensível permitindo que se trabalhe com ele de formas específicas e há também o Dublin Core que é o conjunto de metadados utilizado mundialmente para descrever recursos online, visa a interoperabilidade dos dados (e também entre repositórios) e contém 15 elementos para descrição, em sua versão simplificada. Dentre suas principais características, está a de ser simples, permitindo que todas as pessoas consigam utilizar.

Por promover mais facilmente o acesso às informações, grande preocupação por parte de quem publica suas produções em RIs é em relação à segurança de seu trabalho nesses softwares e sobre aumentarem as chances de plágio. Leite (2012) apesar de afirmar que essas chances são reais, destaca que, se houver, é muito mais fácil de ser localizado por estar em ambiente digital e que esse acesso fácil aos trabalhos produzidos pode, também, aumentar o registro de autoria, visto que “quanto mais disponível e acessível um trabalho, mais sua autoria intelectual é reforçada”. Por essas e outras questões, se torna tão importante que o software tenha esse cuidado de preservação das obras depositadas e também a criação de políticas de repositórios, em que se estabelece limites e condições para armazenamento de trabalhos.

Nota-se que é muito fácil ter a ideia de se implantar um repositório em uma instituição, porém colocá-la em prática é um desafio. Mas o esforço vale a pena visto que estará alimentando a rede de acesso aberto, aumentará o acesso da sociedade à pesquisas e outras produções, irá preservar informações institucionais para garantir a memória de um determinado local, dentre outros benefícios.

### **3.3 Políticas de Acesso à Informação**

Há várias questões burocráticas envolvidas na construção de um repositório institucional, visto que essa base armazena documentos de uma instituição e torna público para que as pessoas possam ter acesso, portanto, criar políticas se torna necessário para regulamentar o repositório e até mesmo para organizar sua estrutura e apresentá-lo da devida forma aos usuários.

A disponibilização de repositórios digitais para a gestão da informação científica ou acadêmica é uma realidade em cenário internacional. Tal realidade ganha força também em muitas instituições no Brasil e, para que o desenvolvimento deste serviço ocorra de forma satisfatória, é necessária a atuação embasada em uma política (TORINO, 2017, p. 94).

Torino (2017) chama a atenção para a ausência de política pública que padronize essa questão das políticas para repositórios e com isso, cada instituição acaba criando as políticas que considera pertinente para o bom funcionamento do sistema.

Para a instituição envolvida, surge a preocupação em relação a preservação da memória da instituição, além de prestar um bom serviço para que os usuários fiquem satisfeitos. É importante então a criação de uma política de informação e gestão do RI a qual Tomaél e Silva (2007) acreditam que deve se basear na cultura da instituição e abordar aspectos como:

a) responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório; b) conteúdo proposto e implementado; c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de softwares; d) padrões; e) diretrizes para preservação digital; f) política e níveis de acesso; g) sustentabilidade e financiamento do repositório (TOMAÉL; SILVA, 2007).

As maiores preocupações de quem deposita seus trabalhos em repositórios são em relação à confiabilidade da base, sua estrutura, sobre a proteção dos documentos, os direitos autorais, etc. Por isso surge a necessidade também de se ter uma política de autoarquivamento, pois muitas vezes, os autores não depositam por medo ou desconhecimento de como funciona, de fato, um repositório e então a base fica sem seu principal elemento, que são os trabalhos para acesso livre.

É o que Baptista. et al. (2007, p. 6) chama de depósito compulsório, que é uma reação “à baixa resposta da política do depósito voluntário, que tem resultado em índices de adesão considerados baixos, e que deve constituir-se na solução para que sejam obtidos índices de arquivamento (depósito) significativos”.

O autoarquivamento também chama atenção para a questão dos direitos autorais do autor. Como o acesso aberto permite que usuários além de ler, consigam baixar e compartilhar conteúdos, em repositórios isso deve estar bem estabelecido tanto para quem depositar seu trabalho, quanto para quem for utilizar.

Conforme Leite (2009), os RIs lidam com os direitos autorais em duas frentes principais, a licença de depósito, que é o acordo entre autor (ou detentor dos direitos autorais) e instituição que garante a distribuição e preservação do repositório e a licença de uso que é o

acordo entre autor (ou detentor dos direitos autorais) e os usuários que farão o uso dos trabalhos depositados na base.

Atreladas aos direitos autorais, há as licenças Creative Commons também vistas em RIs e que consistem em “uma forma encontrada para flexibilizar a lei de direito autoral, garantindo, assim, o acesso a uma determinada obra e ao mesmo tempo protegendo os autores que publicam suas obras em modelos abertos” (OLIVEIRA; GOMES, 2013). Diferente dos direitos autorais, que trabalha as restrições de uso de uma produção intelectual, as licenças abordam a permissão que os autores dão para utilização de suas obras.

Todas as licenças ajudam os criadores — a quem chamamos de licenciantes, se utilizam os nossos instrumentos — a manter o seu direito de autor e os seus direitos conexos, ao mesmo tempo que permitem que outras pessoas copiem, distribuam e façam alguns usos do seu trabalho — pelo menos, para fins não comerciais (CREATIVE COMMONS BRASIL, [s.d.]).

Nesse contexto, torna-se importante analisar também a Lei de Acesso à Informação (LAI) de nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 que regula e assegura ao cidadão o direito à informações de instituições. Para Guedes (2014, p. 69) esse serviço “foi pensado para ser a interface do cidadão com as instituições que, seguindo procedimentos, normas e prazos, deve oferecer um serviço de qualidade ao usuário de informação”. E cabe o destaque ao art. 3º da LAI que afirma que os processos que asseguram o acesso à informação devem:

Ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes: I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; V - desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

Portanto, sabendo que em RIs os documentos depositados são de autoria da instituição e de interesse ao cidadão, atentar-se a LAI durante a implantação de um repositório e criação de políticas, já garante uma credibilidade maior à base que está sendo criada.

Cabe citar também, mais uma vez, a importância do bibliotecário nesse processo e que, atuando no papel de gestor da informação, possui o conhecimento necessário para contribuir com o processo de criação de políticas e garantir o pleno funcionamento do repositório. Além disso, em relação às bibliotecas e os bibliotecários:

Bibliotecas detêm a ‘legitimidade’ para obter e armazenar material institucional; bibliotecários possuem expertise para elaboração de políticas de formação,



desenvolvimento e gestão de coleções; bibliotecas podem centralizar o armazenamento e preservação da informação digital (LEITE, p. 38, 2009).

Quando se fala de preservação da informação há muito mais coisa envolvida do que apenas o armazenamento no repositório. É preciso pensar no acesso a longo prazo, e para isso, é importante que o sistema do RI se mantenha sempre atualizado e dando suporte para os objetos digitais depositados. Para a elaboração das políticas, é possível contar com diretrizes e modelos encontrados em trabalhos de outros autores que ajudam na hora da criação e que converse também com outros regimentos e políticas que possam já existir na instituição.

### **3.4 Análise de estudos de caso**

Analisar estudos de caso feitos a respeito de repositórios implantados em outras instituições ajuda no entendimento das etapas e do processo como um todo, além de também mostrar os possíveis problemas que possam ocorrer a partir do momento em que a ideia sai do papel e começa a tomar forma.

No estudo de caso realizado por Santos (2017) analisou-se a proposta de implantação do repositório digital da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão que surge através da biblioteca da escola vinculada também com o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. O desafio maior foi em juntar a produção de uma instituição acadêmica e outra não acadêmica já que o repositório armazenaria trabalhos de magistrados e servidores do Poder Judiciário maranhense.

Ainda de acordo com Santos (2017, p. 2944), a criação desse repositório visa contribuir para aumentar a visibilidade da ESMAM além de preservar também a memória da instituição “por meio das diversas áreas de conhecimento que dialogam no âmbito do Poder Judiciário e da sociedade maranhense”.

O método que utilizaram inicialmente para apresentarem a ideia do repositório para os servidores e magistrados e assim terem uma noção se daria certo ou não, foi uma enquete enviada via e-mail institucional e logo após começaram a estudar e fazer um levantamento de trabalhos já produzidos e quais já constavam em formato digital ou não. Com a conversão de todos os trabalhos em formato digital, criaram um protótipo do repositório já dentro do software escolhido (DSpace) a fim de fazerem comparações com outros repositórios e ajustes necessários para a implantação final.

Concluídas essas etapas, pôde-se perceber que:

Com a efetivação desta proposta, os resultados deverão apontar para a ampliação de 50% da produção intelectual dos magistrados e servidores; para o fomento de 80% da participação dos coordenadores dos sete grupos temáticos pertencentes ao Núcleo de Estudos Avançados e Contínuos da Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão; e para a redução de 60% do custo com impressão de material instrutivo - manuais, cartilhas, apostilas, dentre outros impressos informativos e/ou educativos (SANTOS, 2017, p. 2950).

Em outro estudo de caso realizado no Museu do Índio é possível perceber a variedade de formatos de conteúdos que os repositórios podem aceitar. O Museu do Índio é uma instituição pública que possui um rico acervo sobre a história dos povos indígenas, visa preservar esse patrimônio cultural e promovê-lo também através de pesquisas e documentação existente. Para além de museu, este carrega também a função de arquivo e biblioteca, portanto, concentra grande quantidade de informação “envolvendo diferentes tecnologias de organização do acervo, tais como padrões de metadados, regras de catalogação, linguagens documentárias, bases de dados, técnicas de digitalização de acervo, entre outros” (MARTINS; CARMO; GERMANI, 2018, p. 5139).

Seu grande desafio foi padronizar a organização de todos esses materiais diversos porém com a implantação de um repositório isso se tornou possível. O software escolhido para abrigar esses objetos digitais do museu, diferente de muitas outras instituições que adotam o DSpace, foi o Tainacan visto que é um software criado com o objetivo de facilitar a organização de acervos digitais em instituições culturais, como é o caso dos museus.

Para esse projeto alguns pontos foram levados em conta para que todo o processo desse certo. Foi importante entender as estruturas organizacionais da informação, como essa informação estava sendo tratada e como seria feita a conversão de estruturas para gerar outras formas de representação. A metodologia foi dividida em sete partes, sendo elas:

1. Análise
2. Coleta
3. Tratamento
4. Enriquecimento
5. Migração
6. Validação
7. Formação, difusão e colaboração em rede

Das etapas analisadas, foi visto que muitos pontos se apresentavam inconstantes, como na representação descritiva, a equipe não possuía muitas informações padronizadas mas após seguir os passos da metodologia foi possível adequar cada processo, a fim de obter êxito no resultado final que era o de ter um repositório para armazenamento de todo o acervo digital do Museu do Índio a fim de preservar a memória e cultura desses povos e levar para a comunidade o acesso a esses materiais, proporcionando mais conhecimento, mais pesquisas e mais projetos relacionados a essa área.

Os desafios para a criação de um repositório são muitos e ainda é frequente ver a falta de incentivo e os poucos recursos para que essa ideia possa virar uma realidade. Foi o que aconteceu com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) em que Sousa (2012) pôde analisar as dificuldades da instituição na criação do repositório.

O primeiro passo foi pesquisar a fundo sobre repositórios, sua estrutura, os melhores softwares, padrões de descrição de metadados, servidores, equipamentos e etc, para que fosse possível entender o que se desejava e quais os recursos que se tinham disponibilizados para aplicar posteriormente no repositório do IFPB. Foi visto que o instituto não possuía qualquer dos equipamentos mais utilizados em repositórios de outras instituições de ensino e também não havia profissional responsável pelo desenvolvimento do software.

Para que a chance de implantação do repositório continuasse possível, aplicaram um questionário para os servidores do IFPB que tinham produções científicas publicadas a fim de saber se eles conheciam e possuíam interesse em fazer as publicações em um repositório próprio da instituição. O sim se manteve de forma unânime, mostrando a importância e os benefícios de se ter um repositório para armazenar, preservar e disseminar trabalhos do instituto.

A partir daí foi necessário pensar nas funções do repositório para que fosse possível a criação da equipe de gestão para estabelecer metas e objetivos e de uma política que apresentasse o repositório, seu acervo, público-alvo, padrões, diretrizes para preservação digital, sua estrutura, dentre outros.

Apesar de elencado todos os dados necessários para implantação do mesmo, não foi possível colocar em prática esse recurso em razão da falta de tecnologias necessárias para sua implantação e, também, por falta de recursos humanos para formação da equipe gestora do referido suporte (SOUSA, 2012, p. 82).

Outro trabalho relevante para análise é a construção do repositório da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) visto que seu processo de implantação consistiu em análises e divisão por etapas para que saísse do jeito que a instituição esperava.

Pensou-se na criação de um repositório na instituição devido ao grande volume e diversificação de sua produção intelectual e também da vontade de compartilhar todo esse conhecimento aos usuários internos e externos.

Inicialmente criou-se a Coordenação-Geral de Gestão da Informação e do Conhecimento em que surgiu a proposta de elaboração do repositório na instituição e que definiu que o software para abrigar o repositório seria o DSpace.

Na etapa de planejamento, foi realizado um benchmarking para adquirir ideias e buscar referências, dentre as ações realizadas no benchmarking, foi realizada uma visita no IBICT a fim de discutir questões sobre repositórios e estabeleceu-se também um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a instituição a fim de desenvolver atividades em conjunto, como o desenvolvimento do próprio repositório da ENAP utilizando o DSpace, já que o IBICT traduziu o software e foi a melhor opção que a equipe do repositório da ENAP encontrou para orientar na instalação do software e também para reduzir custos.

Contrataram também alguns profissionais de áreas relacionadas ao repositório para capacitar a equipe e dar dicas sobre o desenvolvimento da plataforma. O próximo passo foi apresentar ao Colegiado Gerencial e ao Conselho Diretor da instituição um esboço sobre quais coleções seriam criadas e como os trabalhos depositados seriam organizados dentro do repositório.

Um ponto que vale o destaque é que as diferentes áreas da instituição puderam participar da criação do repositório, afinal, todas elas possuíam interesse em manter suas produções em um lugar seguro mas que fosse de acesso aberto para que pessoas internas e externas à instituição pudessem ter contato com os trabalhos produzidos. O repositório foi passando por alterações diversas até ficar do jeito que agradasse os servidores que participaram desse projeto e claro, que fosse funcional aos usuários.

Foi uma ação meticulosa e integrada, inter e intracoordenações, com parcerias e colaboradores externos, sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão da Informação e do Conhecimento, que criou um modelo próprio de repositório institucional para a Enap, com uma metodologia de trabalho inovadora (MULLER; OLIVEIRA, 2015, p. 28).

Nota-se que nos estudos de caso analisados, a ideia para implantar um repositório nas instituições surge sempre da necessidade de se armazenar a produção institucional em um só lugar de forma a garantir o acesso livre aos trabalhos publicados e preservação da memória.

#### **4. METODOLOGIA**

A metodologia de um trabalho se caracteriza, segundo Brenner e Jesus (2007, p. 37), como o momento em que “será determinada a forma como se procederá à investigação científica”. Portanto, é necessário justificar todas as ações tomadas no trabalho em questão.

##### **4.1 Delineamento da pesquisa**

Por ser a análise de como ocorre um determinado projeto em uma instituição, o respectivo trabalho caracteriza-se como um estudo de caso que é um método de pesquisa que consiste em descrever, de forma exaustiva, um ou mais casos que, para Mueller (2007), podem ser identificados como “um objeto ou processo, teórico, empírico ou ambos”, a partir de uma determinada unidade de análise.

Fachin (2003, p. 42) explica que no estudo de caso o assunto investigado é compreendido e analisado como um todo e de forma intensiva, podendo ser descobertas relações que, se feitas de outra forma, não seriam identificadas.

Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada pois trata da implantação do repositório institucional na biblioteca do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Esse tipo de pesquisa “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 35).

O trabalho realizado define e apresenta as etapas do processo de implantação de repositório institucional, visando os benefícios que essa ação poderá gerar para a instituição e usuários que utilizarão a plataforma em relação à preservação e disseminação do conhecimento. Portanto, quanto à abordagem, será adotado o método de pesquisa qualitativa que segundo Silveira e Córdova (2009, p. 31) é uma pesquisa que “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc”. Ainda segundo os autores, os trabalhos realizados seguindo esse método, “buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos [...]”.

## 4.2 Procedimento de implantação do repositório

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão de literatura em que foram abordadas questões como início do movimento de acesso aberto, a criação de repositórios digitais, o desenvolvimento de repositórios institucionais e a análise das etapas necessárias para sua implantação, como escolha de software, criação de políticas, depósito de obras, dentre outras já explicitadas no capítulo de revisão.

Assim como Leite (2009) definiu que as etapas devem ser separadas por planejamento, implementação e povoamento do repositório, a Biblioteca Cyro dos Anjos, responsável pela criação deste RI, também inicia seu projeto a partir de um planejamento, entendendo o processo de criação do repositório e enxergando as necessidades da biblioteca de oferecer esse serviço para os usuários.

Sendo a finalidade da Biblioteca Cyro dos Anjos:

[...] manter acessível a seus usuários o conjunto de conhecimentos e informações registrado nas obras que compõem seu acervo, bem como fornecer-lhes meios e técnicas de pesquisa, reunião e descrição de documentos de qualquer natureza, destinados a seu aperfeiçoamento funcional e cultural. (TCDF, 2018).

A implantação de um repositório, além de manter a biblioteca com seus serviços atualizados, irá ajudar os usuários internos e externos a localizarem os trabalhos realizados pela instituição.

Após uma análise dos softwares adequados para as necessidades da biblioteca, o Tainacan foi o escolhido para acolher o repositório institucional do TCDF. Esse software é um projeto que surgiu em 2014, advindo da parceria entre a UFG e o Ministério da Cultura, com o objetivo de “ofertar uma tecnologia mais acessível e fácil adoção social para a construção de repositórios brasileiros na área da cultura” (Martins, 2017, p. 7).

Composto por várias ferramentas, o Tainacan permite a configuração de layout, permissões, coleções, tipos de metadados, formatos de busca, importação e exportação de dados, análise de estatísticas, interação com redes sociais, dentre outras opções para adequar o repositório a cada tipo de instituição e público.

Características como ser um software livre e sua facilidade de instalação e configuração também contribuíram para a escolha do Tainacan no projeto do repositório do TCDF, além de funcionar como um plugin do Wordpress que é uma plataforma já utilizada para abrigar a internet e intranet da instituição.

A política de gerenciamento, acesso e uso do repositório (Apêndice A) foi criada pela equipe da Biblioteca Cyro dos Anjos e aborda os objetivos que se deseja alcançar com a criação do repositório no TCDF, o processo de inclusão de materiais, a definição e as competências da equipe de gestão do repositório. A política será instaurada por meio de Portaria através do PLANEST, que é o planejamento estratégico da Biblioteca Cyro dos Anjos para os anos de 2020-2023.

As obras depositadas estarão organizadas por coleções, a saber:

- Manuais e Cartilhas
- Relatórios Técnicos e Pareceres Prévios
- Revista do TCDF
- Sumários executivos
- Trabalhos Acadêmicos
- Trabalhos especiais

A facilidade dos usuários encontrarem as obras é um ponto relevante na implantação do repositório, portanto, os metadados escolhidos para a descrição e recuperação das obras são:

- Autor
- Data de publicação
- Descrição temática
- Formato
- Idioma
- Palavras-chave
- Termos de uso
- Título

O Manual do Usuário aponta os requisitos mínimos para a instalação do Wordpress para que seja possível a instalação do Tainacan que são:

- Servidor baseado em UNIX/Linux1
- PHP versão 5.2.4 ou superior
- MySQL versão 5.0 ou superior

- Memória para o PHP de pelo menos 64 MB (Somente para o software WordPress, sem plugins adicionais)

E para a adição de recursos extras, os requisitos são:

- Memória para o PHP de pelo menos 256 MB<sup>2</sup>
- Apache ou Nginx
- Módulo mod\_rewrite do Apache ativo
- Extensões PHP como php\_exif, php\_GD etc (recursos nativos e de plugins)

A equipe de gestão do repositório tomou conhecimento de todos os itens e concluiu que é possível obter a ferramenta para dar início à construção do RI. Será testado no repositório as possibilidades de configuração da base, criação de coleções, inserção de metadados e filtros de busca. Será analisado, através do depósito de alguns itens, se os metadados e filtros escolhidos serão adequados para a descrição e busca das informações.

## 5. ANÁLISE DE RESULTADOS

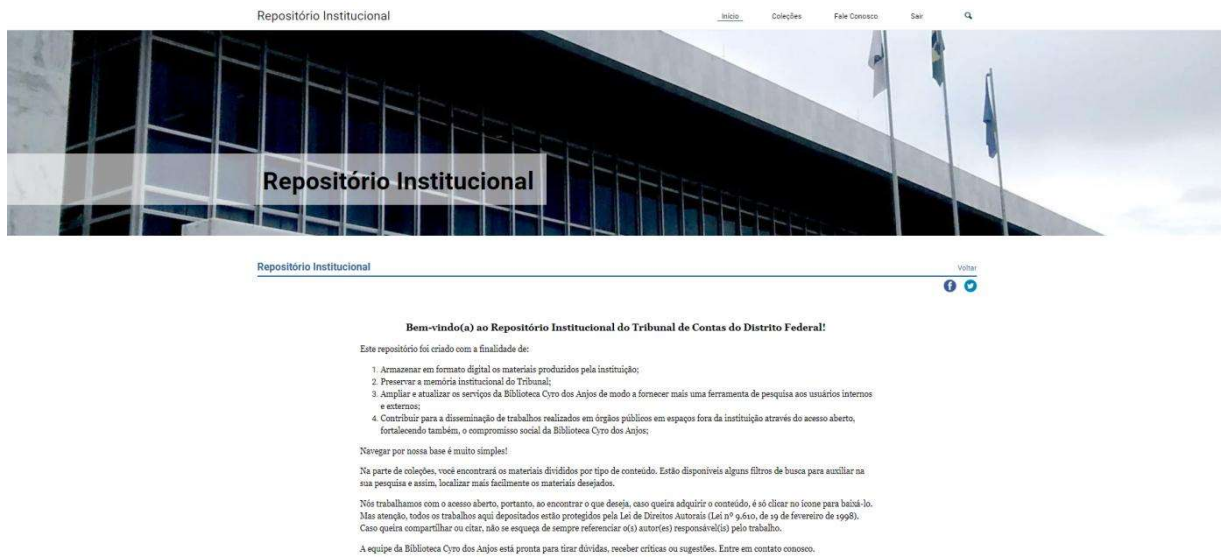
Como a rede do TCDF já utiliza o Wordpress, para a instalação do Tainacan, foi necessário apenas ir à seção de “Plugins” localizada no painel administrativo, pesquisar por Tainacan e realizar a instalação.

Foi criado pela Biblioteca Cyro dos Anjos um site que trata de assuntos relacionados à jurisprudência do TCDF. O RI terá um endereço vinculado à esse site (<https://jurisdicionados.tc.df.gov.br/repositorio>), funcionando como subsite mas ainda contendo suas próprias configurações e seu próprios materiais.

Após instalado, o primeiro passo foi definir layout e temas, optou-se por cores já utilizadas em sites relacionados ao TCDF e um layout que ficasse visualmente agradável e de fácil manuseio para o usuário que fizer a visita ao repositório. A página inicial do repositório (Figura 1) contará com um texto explicativo para informar o usuário sobre o propósito do repositório e o que ele deve esperar da base.

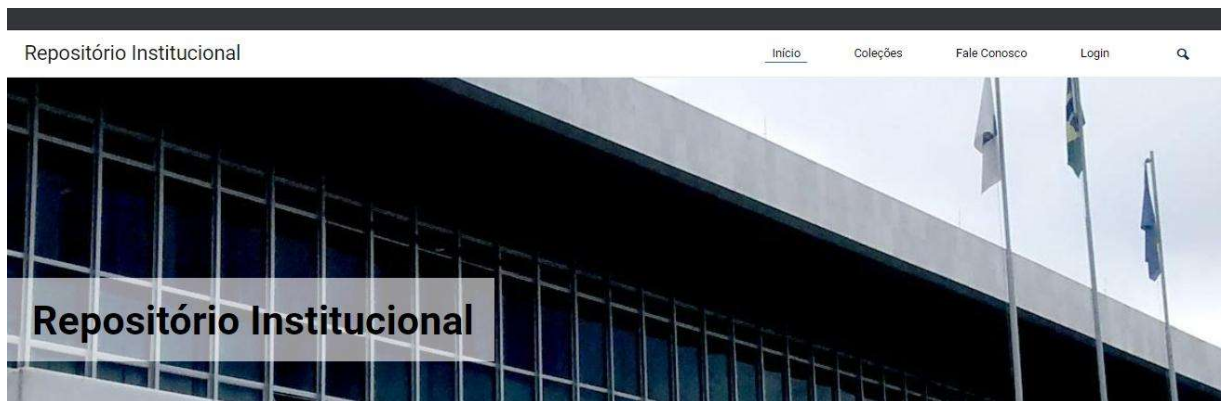


**Figura 1- Página principal do Repositório.**



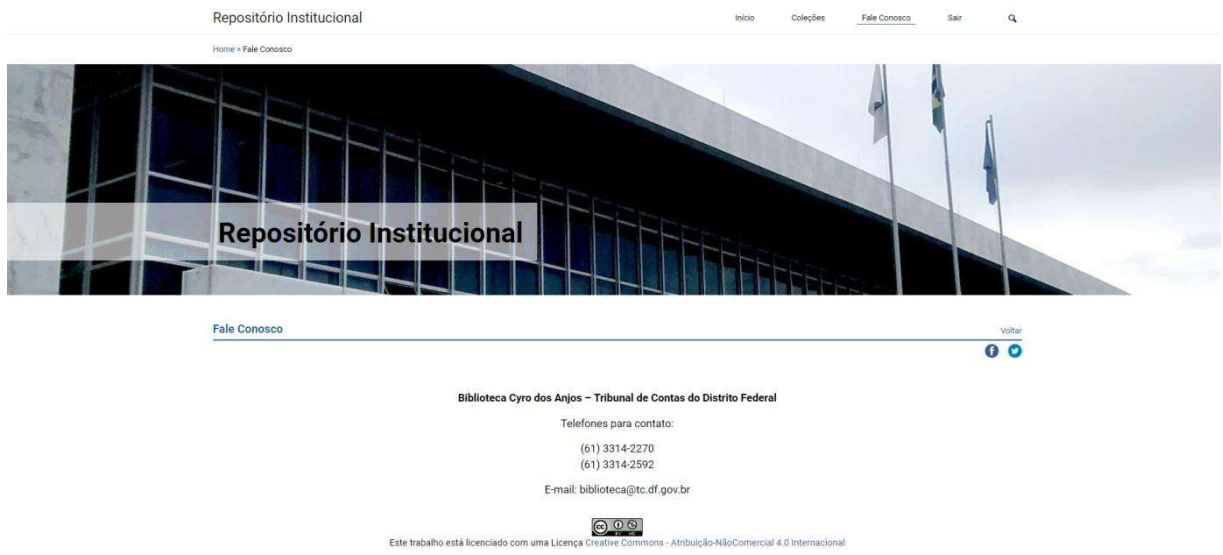
Localizado na parte direita superior da página principal, encontra-se a barra de opções (Figura 2) onde é possível ter acesso às coleções, fale conosco e login.

**Figura 2 - Barra de opções.**



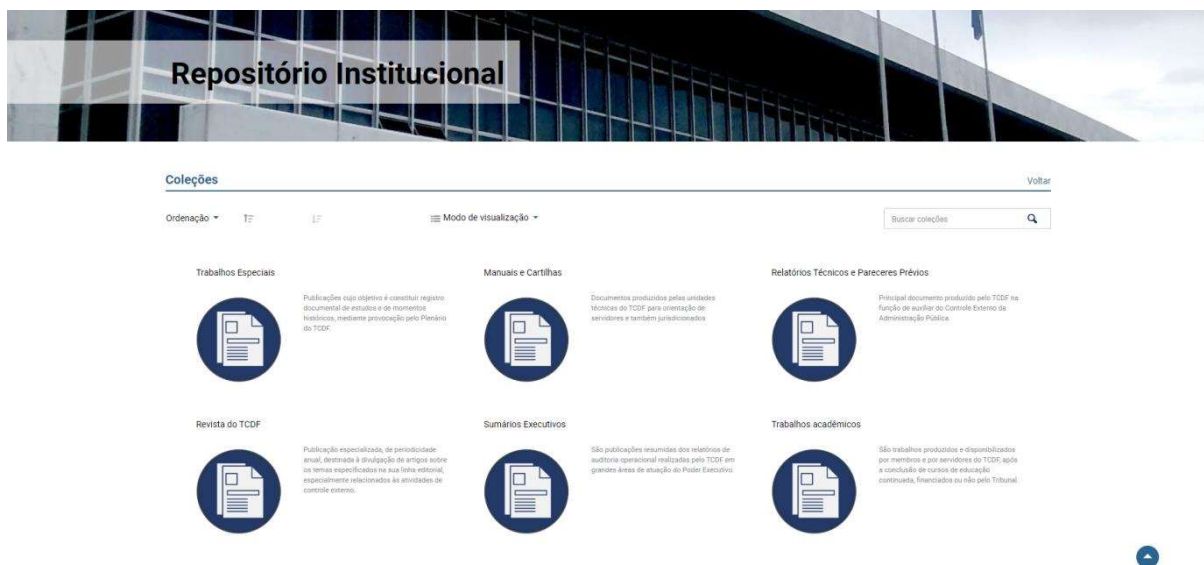
A opção “Fale Conosco” (Figura 3) contém os telefones e e-mail da Biblioteca Cyro dos Anjos, além de conter também o ícone da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial (CC BY-NC) que indica a possibilidade de adaptação e criação de novos trabalhos a partir das produções depositadas no repositório, para fins não comerciais e atribuindo o devido crédito de autoria. As novas criações não precisam estar licenciadas sob os mesmos termos.

**Figura 3 - Página “Fale Conosco”.**



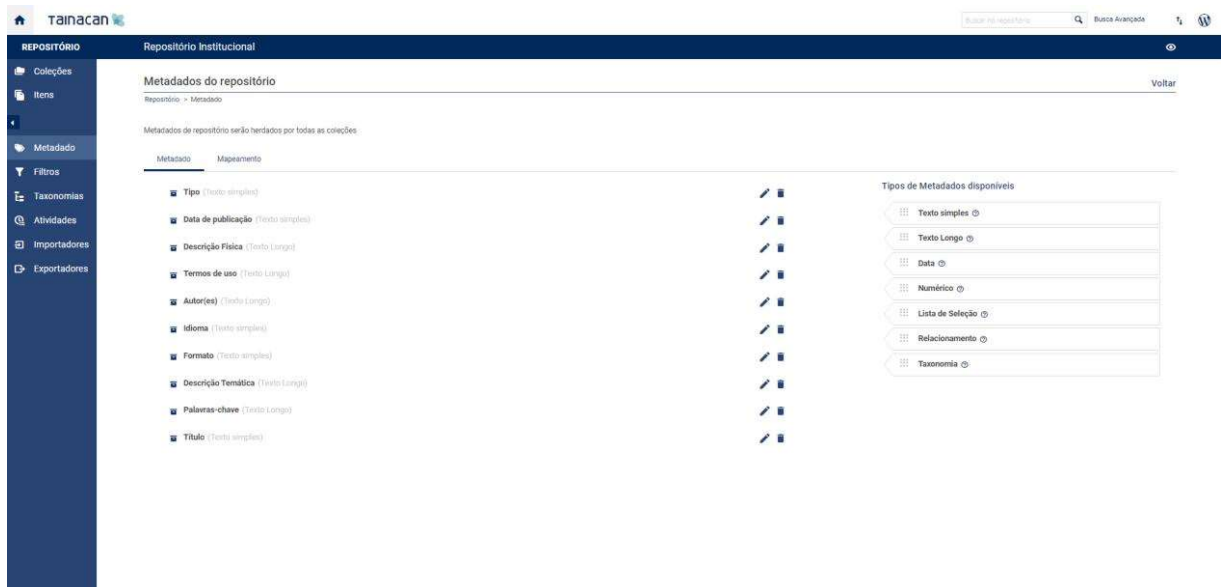
Em seguida, foram criadas as coleções (Figura 4) já citadas no capítulo de metodologia, utilizando como miniatura, uma figura padronizada. Além disso, foi feita uma descrição para que o usuário tome conhecimento do tipo de material que estará depositado em cada coleção.

**Figura 4- Coleções criadas**



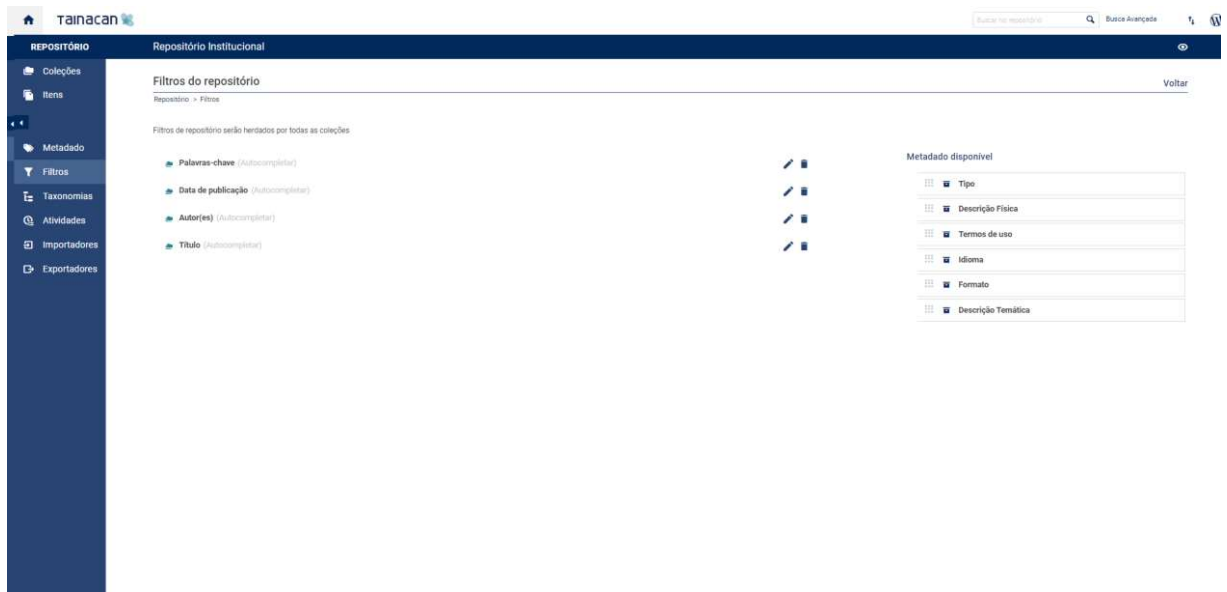
Após a definição dos metadados, realizou-se a aplicação deles na opção “Metadados do Repositório” (Figura 5), localizado na página principal de configurações do Tainacan.

**Figura 5-** Metadados escolhidos.



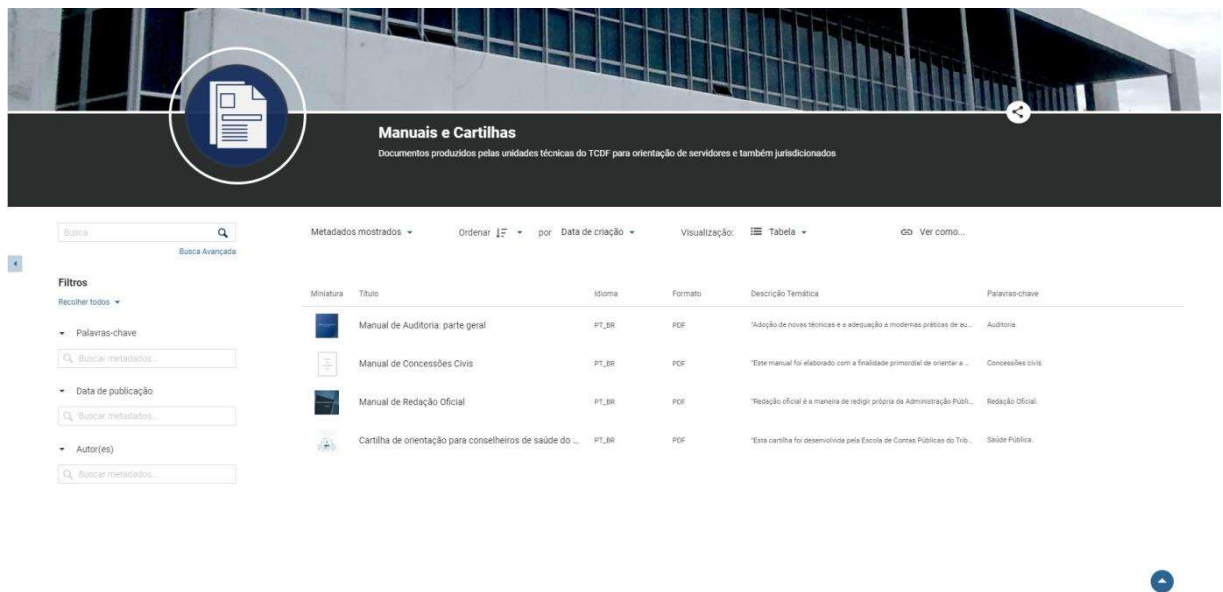
Para os filtros de busca (Figura 6), foram escolhidos apenas os metadados autor(es), data de publicação e título, por serem elementos facilitadores do trabalho de pesquisa feito pelo usuário.

**Figura 6 -** Filtros selecionados.



Foram adicionados itens em algumas coleções para testar o funcionamento da base. Foi depositado na coleção “Manuais e Cartilhas” manuais e uma cartilha de orientação para conselheiros da saúde do DF (Figura 7). Ao abrir um item, aparecerá o arquivo em PDF (Figura 8). Logo abaixo, encontra-se a descrição do item através dos metadados (Figura 9).

**Figura 7 - Itens dentro da coleção “Manuais e Cartilhas”.**



**Figura 8 - Página do item selecionado.**



**Figura 9 - Descrição do item.**

The screenshot displays a digital repository interface with the following sections:

- Miniatura:** Shows a thumbnail of the document cover with the title 'Cartilha de Orientação para Conselheiros de Saúde do DF' and a central graphic of hands holding a cross.
- Data de publicação:** jun. 2018
- Descrição Física:** 1. ed., 31 p.
- Termos de uso:** Licença creative commons Atribuição-NãoComercial (CC BY-NC). Todos os trabalhos poderão ser feitos a partir das produções depositadas no repositório, para fins não comerciais e atribuindo o devido crédito de autoria. As novas criações não precisam estar licenciadas sob os mesmos termos.
- Autor(es):** Distrito Federal (Brasil), Tribunal de Contas (TCDF), Escola de Contas Públicas (Econ).
- Título e subtítulo:** Cartilha de orientação para conselheiros de saúde do DF
- Idioma:** PT\_BR
- Formato:** PDF
- Descrição Temática:** 'Esta cartilha foi desenvolvida pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e tem por objetivo orientar os Conselheiros de Saúde do DF, sejam do Conselho Distrital ou dos Conselhos Regionais, quanto ao seu papel no controle social.'
- Palavras-chave:** Saúde Pública, Controle Social, Conselho de saúde.
- Compartilhar:** Includes social media icons for Facebook and Twitter.
- Tipo:** Cartilha
- Deixe seu comentário:** A text input field with a 'Enviar' button and a small profile icon.

O repositório poderá ir se modificando à medida em que for observado seu uso pelos usuários e o feedback recebido. Espera-se que com o repositório em funcionamento, seja possível atingir seus objetivos de contribuir para a disseminação de informações, bem como garantir a preservação e memória dos trabalhos realizados dentro do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os repositórios digitais de acesso aberto chegaram, inicialmente, para atender a comunidade científica, mas a partir da praticidade que trazem ao preservar, organizar e disseminar informações, seu uso se ampliou para fora de Universidades e Institutos de Pesquisa possibilitando que outras instituições adotem a medida, modernizando seus espaços e serviços oferecidos.

O crescimento de softwares também se mostra como grande colaborador no processo de crescimento de repositórios, visto que hoje, há opções para quem tem mais recursos e também para quem não tem. É o caso do Tainacan, software livre criado para ajudar instituições que querem organizar seus acervos em formato digital, possuindo uma praticidade de manuseio que dispensa profissionais especializados em outra área para realizar sua instalação.

Os objetivos específicos propostos para este estudo foram aplicados no decorrer do trabalho, a começar pela análise de recursos disponíveis para a utilização do software que confirmou que os computadores utilizados pela equipe da biblioteca possuíam todos os pré-requisitos necessários para a instalação do Tainacan.

A política de gerenciamento, acesso e uso foi elaborada como um modelo, podendo ser alterada se for o caso e quando o repositório do Tribunal de Contas do Distrito Federal, de fato, começar a funcionar. A estrutura do repositório foi definida a partir da escolha de coleções, metadados e filtros e esse processo foi passando por modificações após a instalação e uso do Tainacan pois foi possível verificar o que estava ou não funcionando para o repositório.

As facilidades encontradas foram em relação ao sistema da Biblioteca Cyro dos Anjos já ter a estrutura para receber o software, e também o fácil manuseio do Tainacan para mexer em suas configurações. A maior dificuldade encontrada foi a escolha de metadados que pudessem descrever todos os tipos de formato de materiais que a Biblioteca pretende incluir.

Os recursos do TCDF foram suficientes para que todo o processo citado no trabalho pudesse acontecer. O software Tainacan também foi capaz de aceitar os arquivos depositados para teste sem problemas, bem como montar as coleções e personalizar o repositório.

No estudo de caso analisado, notou-se que a Biblioteca Cyro dos Anjos localizada no Tribunal de Contas do Distrito Federal possui grande preocupação em atender seus usuários, oferecendo-lhes serviços e atendimento de qualidade. Sendo assim, a ideia de criação de um repositório para abrigar os materiais dessa instituição tende a obter resultados positivos para ambos os lados.

## REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Ana Alice. et al. Comunicação científica: o papel da open archives initiative no contexto do acesso livre. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, p. 1-17, dez. 2007. ISSN 1518-2924. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2007v12nesp1p1/435>. Acesso em: 04 out. 2019.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. **Dez anos da Iniciativa de Budapeste em Acesso Aberto**: a abertura como caminho a seguir. 2012. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese-brazilian-translation>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BUENO, Aparecida de Fátima Cavalheiro; MESSIAS, Lucilene Cordeiro da Silva. As novas tecnologias e os impactos nas bibliotecas: habilidades do profissional bibliotecário na atualidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais[...]**. Florianópolis: Cbbd, 2013. v. 25, p. 1072 - 1083. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1325/1326>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: edição extra, Brasília, DF, ano 148, nº 221-A, p. 1-4, 18 nov. 2011.

BRENNER, Eliana de Moraes; JESUS, Dalena Maria Nascimento de. **Manual de planejamento e apresentação de trabalhos acadêmicos**: projeto de pesquisa, monografia e artigo. São Paulo: Atlas, 2007.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais como uma estratégia para o acesso aberto. In: COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios Institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: Ibict, 2017. Cap. 5. p. 87-88.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. **Repositórios institucionais da América Latina e o acesso aberto à informação científica**. Brasília: Ibict, 2017.

Creative Commons Brasil. **Sobre as Licenças**. Disponível em: <https://br.creativecommons.org/licencas/>. Acesso em: 24 out. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DIGITAL CURATION CENTRE. **Trustworthy Repositories**. Disponível em: <http://www.dcc.ac.uk/resources/repository-audit-and-assessment/trustworthy-repositories>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DODEBEI, Vera. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO, Luis Fernando. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. Cap. 4. p. 83-106.



Disponível em:

[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao\\_repositorio\\_web.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf). Acesso em: 03 out. 2019.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FURNIVAL, Ariadne Chloe Mary; SILVA-JEREZ, Nelson. Sebastian. Percepções de pesquisadores brasileiros sobre o acesso aberto à literatura científica. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/32667>. Acesso em: 18 set. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel. et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. Cap. 4. p. 65-88. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.

GUEDES, Roger de Miranda. O profissional da informação frente à lei de acesso à informação pública: condutas possíveis. **BIBLOS**, [s.l.], v. 28, n. 2, p. 59-72, ago. 2015. ISSN 2236-7594. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4593/3310>. Acesso em: 24 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sobre o IBICT**. Disponível em: <http://www.ibict.br/sobre-o-ibict>. Acesso em: 28 fev. 2020.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, agosto de 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652006000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 24 de set. 2019.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília: Ibict, 2009. 120 p.

LEITE, Fernando César Lima. et.al (Org.). **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: Ibict, 2012. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 15 out. 2019.

MARCONDES, Carlos Henrique; SAYÃO, Luis Fernando (Org.). Introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, Luis Fernando. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: Edufba, 2009. Cap. 1. p. 9-21. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao\\_repositorio\\_web.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/473/3/implantacao_repositorio_web.pdf). Acesso em: 03 out. 2019.

MARTINS, Dalton. Lopes; CARMO, Danielle; GERMANI, Leonardo. **Museu do índio**: estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre tainacan. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XIX ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/102201>. Acesso em: 01 jul. 2019.

MARTINS, Dalton Lopes; SANTAREM SEGUNDO, José Eduardo; SILVA, Marcel Ferrante; SIQUEIRA, Joyce. **Repositório digital com o software livre tainacan**: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura. Encontro



Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105154>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MASSON, Sílvia Mendes. Os repositórios digitais no âmbito da sociedade informacional. **Prisma.com** (Portugual), n. 7, p. 105-152, 2008. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/62295>. Acesso em: 02 jul. 2019.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, ago. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200004&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 01 mar. 2020.

MULLER, Claudia Cristina; OLIVEIRA, Keicielle Schimidt de. **Repositório Institucional da Enap: um processo de construção coletiva do conhecimento**. Brasília: Enap, 2015. 101 p. (Cadernos Enap, 41).

OLIVEIRA, Flaslendo Vieira; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. A licença Creative Commons e o movimento de acesso aberto à informação científica: um olhar para a Scientific Electronic Library on Line (SciELO). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2013, Florianópolis. **Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação - FEBAB**. Florianópolis: CBB, 2013. v. 25, p. 4565 - 4580. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1602/1603>. Acesso em: 24 out. 2019.

PAVÃO, Caterina Groposo; COSTA, Janise Borges da; FERREIRA, Manuela Klanovicz; HOROWITZ, Zaida. Metadados e repositórios institucionais: uma relação indissociável para a qualidade da recuperação e visibilidade da informação. **Ponto de Acesso**, v. 9, n. 3, p. 103-116, 2015. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/15163/0>. Acesso em: 03 jul. 2019.

ROZA, Rodrigo Hipólito. Ciência da informação, tecnologia e sociedade. **BIBLOS**, [s.l.], v. 32, n. 2, p. 177-190, jun. 2019. ISSN 2236-7594. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/7546/5861>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SANTOS, Joseane Cantanhede dos. Repositório digital da Escola Superior da Magistratura do estado do Maranhão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2941-2954, dez. 2017. ISSN 1980-6949. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/952>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SAYÃO, Luis. Fernando. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônicos científicos. **Ponto de Acesso**, v. 4, n. 3, p. 68-94, 2010. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4709>. Acesso em: 12 jun. 2019.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2019.

SOUSA, Beatriz Alves. Proposta de criação de um repositório institucional para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, n. 1, p. 66-84, 2012. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/196>. Acesso em: 03 jul. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). **Manual do Usuário**. Goiânia: Laboratório de Políticas Públicas Participativas, 2017. Disponível em: <http://tainacan.org/wp-content/uploads/2017/02/Manual-Repositorio.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

TOMAÉL, Maria Inês; SILVA, Terezinha Elisabeth da. Repositórios institucionais: diretrizes para políticas de informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

TORINO, Emanuelle. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. In: VECHIATO, Fernando. et al. **Repositórios digitais: teoria e prática**. p. 91-114. Curitiba: EDUTFPR, 2017. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2755/1/politicasrepositoriosdigitais.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. **Conheça a biblioteca**. Disponível em: [https://biblioteca.tc.df.gov.br/?page\\_id=128](https://biblioteca.tc.df.gov.br/?page_id=128). Acesso em: 27 nov. 2019.

THE CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES; ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER, INC. **Trustworthy Repositories Audit & Certification: criteria and checklist**. 2007. Disponível em: [http://www.crl.edu/sites/default/files/d6/attachments/pages/trac\\_0.pdf](http://www.crl.edu/sites/default/files/d6/attachments/pages/trac_0.pdf). Acesso em: 22 nov. 2019.

## APÊNDICE A

### **Política de gerenciamento, acesso e uso do Repositório Institucional do Tribunal de Contas do Distrito Federal**

**Art. 1º** Instituir o Repositório Institucional do TCDF e estabelecer as competências e as responsabilidades a ele referentes.

#### **Capítulo I – Do Repositório Institucional**

**Art. 2º** O Repositório Institucional é uma base de dados que visa preservar, armazenar, recuperar e disseminar documentos produzidos por uma determinada instituição.

**Art. 3º** O Repositório Institucional do TCDF tem como objetivos:

- Armazenar em formato digital os materiais produzidos pela instituição;
- Preservar a memória institucional do Tribunal;
- Ampliar e atualizar os serviços da Biblioteca Cyro dos Anjos de modo a fornecer mais uma ferramenta de pesquisa aos usuários internos e externos;
- Contribuir para a disseminação de trabalhos realizados em órgãos públicos em espaços fora da instituição através do acesso aberto, fortalecendo também, o compromisso social da Biblioteca Cyro dos Anjos;

**Art. 4º** O RI do TCDF armazenará a produção intelectual do Tribunal de Contas do Distrito Federal, sendo elas:

- Manuais e Cartilhas
- Relatórios Técnicos e Pareceres Prévios
- Revista do TCDF
- Sumários executivos
- Trabalhos acadêmicos
- Trabalhos especiais

#### **Capítulo II – Do Depósito dos Itens no Repositório**

**Art. 5º** O depósito de materiais no RI do TCDF será feito a partir da solicitação do autor da obra e a mediação da equipe de gestão do repositório.

§1º O autor da obra a ser depositada no RI, deverá ser, obrigatoriamente, servidor (ativo ou inativo) do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

§2º A solicitação do autor deverá vir acompanhada de Termo de Autorização, o qual se declara ciente da disponibilidade da obra em Acesso Aberto, podendo ser utilizada para leitura, impressão e/ou download, desde que com as devidas indicações de autoria e sem fins comerciais.

§3º Caso o documento entregue contenha material do qual não detém os direitos de autor, é necessário declarar que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder ao TCDF os direitos requeridos por meio de licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

### **Capítulo III – Das Competências e Responsabilidades**

**Art. 6º-** À Equipe de Gestão do Repositório, formada por bibliotecários, estagiários em biblioteconomia e estagiário em Tecnologia da Informação e vinculada à Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento (COBGI) compete:

- Planejar, definir e orientar as atividades que estruturam o RI, como aparência do repositório, descrição física e temática dos itens, sistemas de busca, processo de submissão de itens e divulgação do serviço;
- Garantir atualizações necessárias do software, o bom funcionamento do repositório e a preservação digital das obras;
- Orientar os servidores que desejarem depositar suas obras, e tirar todas as dúvidas que possam aparecer em relação ao acesso ao conteúdo;
- Analisar as estatísticas do repositório;
- Divulgar o repositório nos setores do TCDF e também para os usuários externos através do site e avisos na própria biblioteca.